

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA PARA A INCLUSÃO DA MULHER

THE IMPORTANCE OF YOUTH AND ADULT EDUCATION - EJA FOR THE INCLUSION OF WOMEN

Daniele Lopes Oliveira³⁰

Lanuzza Cruz³¹

RESUMO

O presente trabalho buscou discutir a importância da Educação de Jovens e Adultos, para mudar o cenário de exclusão das mulheres. Historicamente as mulheres, vem lutando por melhores condições de emprego, acesso à educação e sua cidadania. Assim o EJA, vem de encontro com os anseios, de grande parte das mulheres encontrou na EJA uma forma de adquirir liberdade financeira e de pensamento. Entretanto, a sociedade ainda tem como herança o regime patriarcal, o que gera, muitas vezes, dificuldades que impedem a inserção e a permanência das mulheres na escola, já que essas muitas vezes são chefes de família e/ou são responsáveis sozinhas pelos cuidados da casa e dos filhos. Levando esses fatos em consideração, este trabalho busca evidenciar e compreender os motivos que levaram a desistência e o retorno para a escola por parte de mulheres matriculadas na modalidade EJA, salientando as mudanças promovidas pelo retorno, além de levantar o questionamento e discussão de gênero dentro da sala de aula.

Palavras-chave: Exclusão, Gênero feminino, Educação de Jovens e Adultos, Inserção, libertação.

ABSTRACT

The present work aimed to discuss the importance of Youth and Adult Education, to change the scenario of exclusion of women. Historically women have been fighting for better employment conditions, access to education and their citizenship. Thus the EJA, meeting the longings, most women found in EJA a way to acquire financial freedom and thinking. However, society still has the inheritance of the patriarchal regime, which often generates difficulties that prevent women from entering and staying in school, as they are often heads of families and / or alone responsible for the care of women. Home and children. Taking these facts into consideration, this paper seeks to highlight and understand the reasons that led to dropout and return to school by women enrolled in the EJA modality, highlighting the changes promoted by the return, as well as raising the questioning and discussion of gender within. from the classroom.

Keywords: Exclusion, Female gender, Youth and Adult Education, Insertion, liberation.

INTRODUÇÃO

A trajetória da mulher brasileira é sem dúvida uma trajetória marcada por lutas, mas nem sempre por conquistas. Apesar de atualmente metade dos lares serem sustentados por mulheres.

³⁰ Faculdade de Piracanjuba (danielelopes_oliveira@outlook.com).

³¹ Mestre em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2014) (lanuzzacruz@yahoo.com.br).

Cerca de 11,6 milhões de mulheres vivem sozinhas com seus filhos e 6,8 milhões de mulheres casadas sustentam seus lares, em 30 milhões de casas a renda da mulher faz toda a diferença para o sustento do lar, de acordo com os dados apurados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2018).

Mas quando se faz uma comparação entre os rendimentos da mulher e dos homens, na mesma ocupação os dados da Pnad (2018), mostra que as mulheres ganham menos do que os homens em todas as ocupações, em média as mulheres ganham 20,5% menos do que os homens nas mesmas ocupações.

A menor diferença salarial ocorre no ensino fundamental onde a diferença é de 9,5%. Nos cargos de gerência por exemplo a diferença salarial é ainda maior as mulheres chegam a ganhar 35,8% menos do que o salário do homem. A mão de obra feminina corresponde a 43,8% dos 93 milhões de brasileiros ocupados no Brasil atualmente (INEP, 2018).

E existe hoje uma maior presença da mulher tanto na educação básica, como no ensino superior de acordo com o censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP, 2018)

Mas um dado preocupante é que um número grande de pessoas, abandonam os estudos por necessidade de contribuir com o sustento da família.

A cada ano, quase 3 milhões de jovens abandonam a escola, conforme o estudo Políticas Públicas para Redução do Abandono e Evasão Escolar de Jovens, elaborado pelo Ensino Superior em Negócios, Direito e Engenharia (INSPER, 2017).

Ao final de cada ano, um em cada quatro jovens entre 15 e 17 anos de idade vão abandonar seus estudos, não vão se matricular para o ano seguinte ou serão reprovados. Isso corresponde a um universo de 2,8 milhões de pessoas (27%), entre os 10 milhões de jovens estimados no país nessa faixa etária e que deveriam, de acordo com a Constituição, estar frequentando a escola. Desse total de 10 milhões de jovens, cerca de 15% ou 1,5 milhão, sequer vão se matricular para o início do ano letivo. Do restante, entre aqueles que se matriculam, cerca de 7% ou 700 mil jovens vão abandonar a escola antes do final do ano. Além disso, cerca de 600 mil alunos (5%) serão reprovados por faltas, o que completa os 2,8 milhões de jovens que estarão fora da escola a cada ano (INSPER, 2017).

Segundo o estudo, mais da metade desses jovens (59% do total ou cerca de 6,1 milhões) vai concluir o Ensino Médio com no máximo um ano de atraso. Além de todos os problemas que isso provocará para o futuro desse jovem e para o país, a evasão (ausência de matrícula no início do ano letivo) e o abandono escolar (desistência durante o ano escolar) dos

jovens também implica em prejuízo econômico: cerca de R\$ 35 bilhões por ano são desperdiçados no país por causa dessa realidade (INSPER, 2017).

O estudo mostra ainda que houve uma estagnação na matrícula dos jovens entre 15 e 16 anos e que a porcentagem de jovens de 17 anos fora da escola cresceu 6 pontos percentuais nos últimos 15 anos, passando de 34% para 39,8%. Isso, segundo o estudo, contradiz uma tendência mundial: dados da Unesco (2018) apontam que 74% dos países avançam mais rapidamente na inclusão de jovens de 15 a 17 anos que o Brasil.

Os dados revelam que mais da metade das nações tem menor porcentagem de jovens fora da escola que o Brasil. Se manter este ritmo, o país levará 200 anos para atingir a meta estabelecida no Plano Nacional de Educação: universalizar o atendimento escolar para essa faixa etária.

As principais razões para o “desengajamento dos jovens”, estão associadas à pobreza e à dificuldade de acesso, tais como a falta de escolas na comunidade onde o jovem vive ou a falta de recursos para o transporte.

Há também questões relacionadas à inadequação do currículo adotado, do clima escolar e da baixa qualidade dos serviços oferecidos pela escola.

Para reverter o quadro, se propõe a criação de políticas públicas para diminuir o desengajamento como a garantia de acesso principalmente para aqueles que vivem em áreas rurais ou que têm alguma deficiência ou para jovens que cumprem pena privados de liberdade.

E a criação de cursos profissionalizantes, um sistema de aconselhamento, práticas esportivas e artísticas, aumento das atividades à distância e flexibilização dos horários das aulas e do modelo de avaliação para ajudar a reduzir a evasão escolar.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

O Plano Nacional de Educação mostra, que se faz necessário consolidar a democratização e o acesso e permanência, com igual oportunidade para todos.

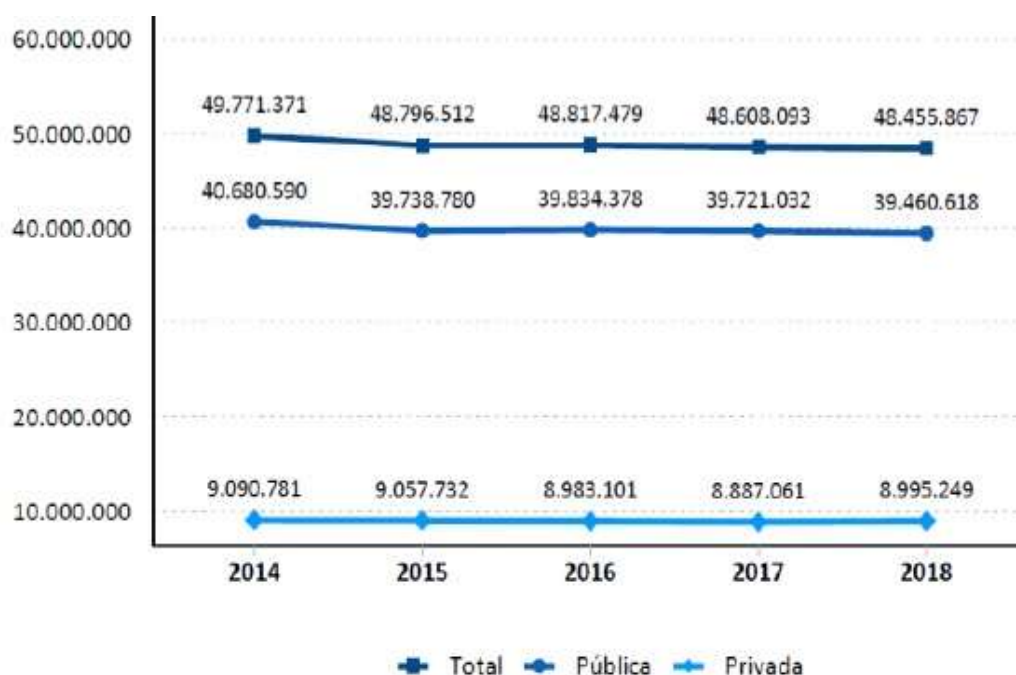
Atualmente existe um equilíbrio na quantidade de alunos, nas redes municipais e estaduais, mas a variação entre os estados é muito grande. Considerando apenas as redes estadual e municipal (Figura 1).

No Ceará, por exemplo, 95,9% das matrículas de 6º ao 9º ano estão na rede municipal. No Paraná, ao contrário, 98,2% dos estudantes estão na rede estadual (INEP, 2018).

Os dados do Censo Escolar foram apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, demonstrando que as matrículas da educação básica apresentaram queda ano após ano, com exceção de 2016, que registrou um pequeno acréscimo.

Em 2014, quase 50 milhões de crianças e adolescentes estavam matriculados na educação básica. No ano passado, eram 48,4 milhões. A queda foi de 2,6% (INEP, 2018).

Figura 1- Comparativo de matrículas da educação básica

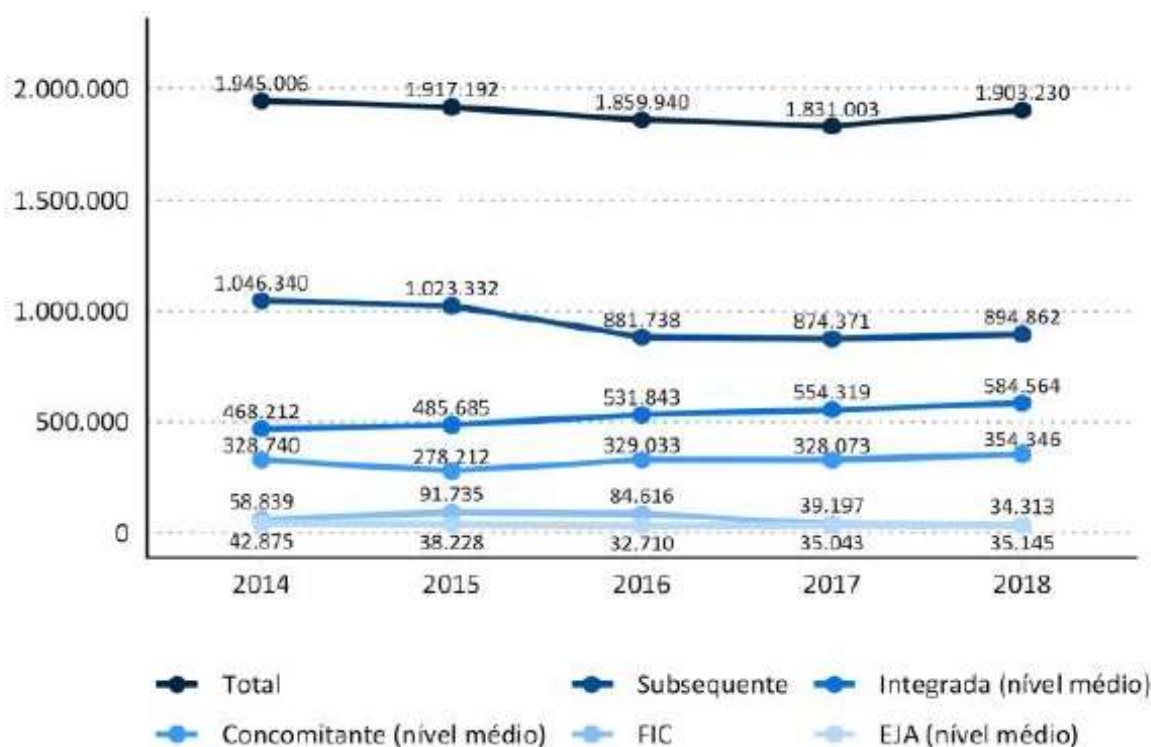


Fonte: Inep/MEC, 2018.

Enquanto na educação infantil, o número de matrículas cresceram 11,1% nos últimos cinco anos, chegando a 8,7 milhões de estudantes matriculados. De acordo com o Censo, o crescimento é resultante do aumento da entrada em creches. O ensino fundamental registrou 27,2 milhões de matrículas em 2018, número 4,9% inferior ao registrado em 2014. Os anos finais tiveram maior queda em relação aos iniciais. Sobre o regime do ensino fundamental, o Censo informou que 9,4% dos estudantes são de escolas de tempo integral, quantidade inferior aos 13,9% de 2017. Os colégios públicos ainda são maioria na oferta do ensino integral 10,9% contra 2,2% dos particulares. O ensino médio registrou 7,7 milhões de matrículas no ano de 2018, uma queda de 7,1% em relação aos últimos cinco anos. De acordo com o levantamento, o motivo está na menor entrada de estudantes vindos do ensino fundamental e melhor fluxo no ensino médio, ou seja, maior aprovação dos estudantes. Também houve queda no número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos - EJA. De acordo com o levantamento, 2018 apresentou 1,5% de matriculados a menos do que o ano anterior, totalizando 3,5 milhões de

estudantes. Na contramão, a educação profissional registrou crescimento de 3,9% em relação a 2017. Segundo dados do Censo 2018, as modalidades que mais cresceram foram a concomitante e a integrada ao ensino médio, com 8,0% e 5,5% respectivamente (INEP, 2018).

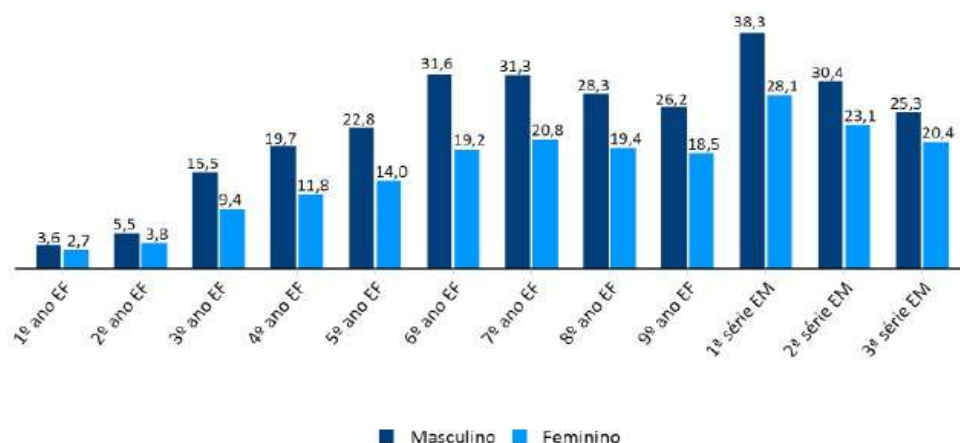
Figura 2- Matrículas no ensino técnico



Fonte: Inep/MEC, 2018

A Educação Especial deu um salto se comparada a 2014, já que foi registrado um crescimento de 33,2% nas matrículas. De acordo com o Censo, o aumento foi gerado pelo maior número de matriculados no ensino médio nesta modalidade educacional. O Censo da Educação Básica também traz o levantamento sobre a chamada "distorção de idade", ou seja, quando o aluno está matriculado em uma série que não é a esperada para a sua idade. Os dados mostram que a distorção é maior em estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, acentuando-se no sexto ano e na primeira série do ensino médio. A distorção é maior no sexo masculino, independente da etapa do ensino (fundamental ou médio), sendo a maior incidência na sexta série do ensino fundamental: 31% de homens em idade superior ao esperado contra 19,2% de mulheres (INEP, 2018).

Figura 3 - Taxas de distorção nas séries da educação básica



Fonte: Inep/MEC, 2018

Além dos dados sobre os estudantes matriculados na educação básica, o Censo 2018 também apresenta informações sobre os professores e também a respeito das escolas.

As mulheres são maioria nos cursos profissionais da Educação Básica. Dados do Censo Escolar 2018, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, mostram a predominância de alunas em todas as faixas etárias, com exceção dos alunos com mais de 60 anos. A maior diferença observada entre os sexos está na faixa de 40 a 49 anos, em que 60,7% das matrículas são de mulheres. Para o Censo Escolar, educação profissional engloba cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional articulado à EJA ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio (INEP, 2018).

Figura 4 - Número de matrículas na educação profissional segundo faixa etária e sexo

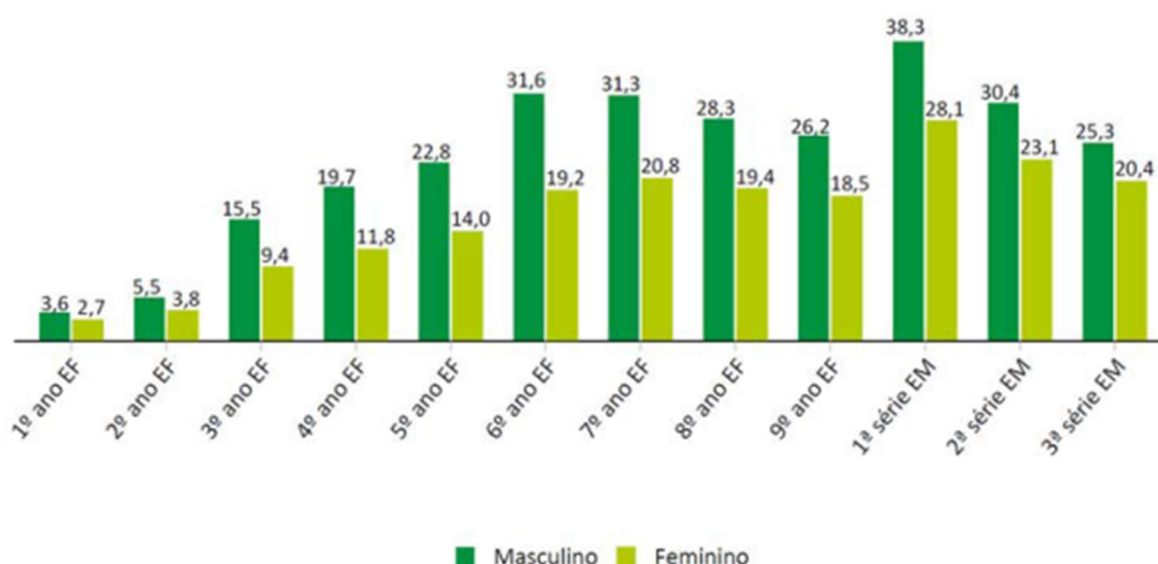


Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica, 2018.

Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior, referentes a 2017, também mostram a predominância das mulheres na educação superior. Elas são 55% dos estudantes ingressantes, 57% dos matriculados e 61% dos concluintes dos cursos de graduação. Na licenciatura, por exemplo, 70,6% das matrículas são do sexo feminino (INEP, 2018).

A proporção de alunos do sexo feminino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é menor do que a do sexo masculino em todas as etapas de ensino. Os dados são do Censo Escolar 2018 e consideram as classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência). A taxa de distorção idade-série é o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada. A maior diferença entre os sexos é observada no sexto ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série é de 31,6% para o sexo masculino e 19,2% para o sexo feminino (INEP, 2018).

Figura 5 - Taxa de distorção idade-série por etapas dos ensinos fundamental e médio segundo o sexo



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica, 2018

Com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica: regular, especial, profissional, jovens e adultos - EJA.

Segundo os resultados de um recorte educacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feito pelo IBGE em 2007, no que se refere à análise por sexo, do total daqueles que frequentavam ou frequentaram anteriormente a Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos - EJA, 53% eram mulheres e 47%, homens. Com relação ao rendimento, o

maior percentual de pessoas que frequentavam Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos - EJA, na época da pesquisa, foi daquelas que estavam na faixa de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (3,0%) e as que não tinham rendimento (2,6%). A maioria dos que cursavam EJA era formada por pessoas que se declaravam pardas (47,2%), seguidas por brancas (41,2%), negras (10,5%) e de outra raça (1,1%) (INEP, 2018).

A EJA PARA A INCLUSÃO DA MULHER

As mudanças que ocorreram na sociedade nos últimos tempos são bem visíveis quando se trata do comportamento e aceitação das pessoas pertencentes ao gênero feminino.

Há mais mulheres trabalhando, muitas se tornaram chefe de família e em conjunto, uma parcela considerável de mulheres está optando por voltar a estudar.

Esse último fato é motivado segundo Barbosa (2012, p. 11), “pelas mudanças econômicas e culturais pelas quais a sociedade está vivenciando, fazendo as mulheres participarem ativamente dos programas educacionais”.

A busca pela qualificação das mulheres se deve principalmente ao fato de almejarem melhores empregos, adquirirem liberdade financeira ou por desejarem manter contato com a sociedade.

Porém, é perceptível que mesmo com essas mudanças positivas, as mulheres ainda não adquiriram condições igualitárias quando comparados com os homens.

O programa educacional que mais possibilita a inserção dessa classe de mulheres na educação é a Educação de Jovens e Adultos - EJA, e agora de idosos, a qual é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9.394/1996.

Esse modelo de educação possibilita que as mulheres que por diversos motivos tiveram que deixar de frequentar as salas de aula, como a necessidade de trabalhar desde a menoridade, a constituição da família que sobrecarrega ou a falta de transporte para o deslocamento até a escola, a retornarem para o âmbito escolar. Porém, esse retorno, por muitas vezes, é por um período de tempo muito pequeno.

Na Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos - EJA, na modalidade a Distância, a aprendizagem permite ao aluno a acessibilidade ao ensino, permitindo a mulher a possibilidade de retornar aos estudos, inclusive em casa, pois para a mulher em muitos momentos, os filhos são um empecilho as mães de família.

A Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos - EJA na modalidade EAD, traz grandes contribuições, inclusive, diminuindo os custos com transporte, alimentação e dá suporte para que as mulheres possam estudar.

Camargo (2012), sessenta por cento da evasão escolar referente às mulheres é causada pela a necessidade de cuidar dos filhos ou até mesmo pela proibição do marido.

Todavia, as salas de aulas estão sendo ocupadas por essas mulheres que em algum momento das suas vidas não teve condições para continuar seus estudos e desejam mudar esta situação.

Para isso, a Constituição Federal Brasileira em vigor assegura a igualdade de gênero dentro das escolas.

Mas infelizmente esse não é o verdadeiro cenário da educação. Ainda há grandes dificuldades que impedem que as mulheres voltem a estudar ou que essas permaneçam nas escolas.

Muitas mulheres são hoje, chefes de suas famílias, e a sua família depende da sua renda.

Para Bruschini (1994), faz com que a carga de trabalho dobre, pois essas são responsáveis por cuidar da casa, dos filhos e do sustento material para manter o lar.

Barbosa (2012), salienta que se deve elaborar políticas públicas que objetive acabar com discriminações contra as mulheres, destacando as desigualdades de gêneros em relação à educação como um todo, além de assegurar a permanência das mulheres nas escolas, mas uma participação efetiva no seu desenvolvimento pessoal.

Reages e Alexandre (2011), as mulheres com a ajuda da educação estão deixando seu papel de indivíduo submisso, estão procurando ampliar seu lugar na sociedade, lutando para realizar as próprias vontades e pela igualdade de gênero tanto nas escolas quanto nos trabalhos.

Já que mesmo com tantas mudanças as mulheres ainda recebem salários menores e por muitos são taxadas de inferiores quanto à aprendizagem.

Sousa e Fonseca (2009), quando colocam uma grande interrogação acerca do pensamento imposto pela sociedade de que os homens são melhores nas ciências ditas exatas, como matemática, por exemplo, resultando em total desconfiança das próprias mulheres quanto a sua capacidade de aprender.

Por esse motivo, além de programar políticas públicas é necessário mostrar para essas mulheres que outras adquiriram seu espaço no meio acadêmico, por exemplo, onde apenas homens eram aceitos, assim deixa claro.

Dessa forma, as alunas podem recuperar a confiança em si e buscarem desconstruir todos esses preconceitos.

Como corolário a essa percepção, é notável que a educação é provedora de mudanças e responsável pela emancipação do gênero feminino da sociedade atual, isto é, o retorno às escolas é um dos grandes responsáveis pelo empoderamento das mulheres e a construção do pensamento crítico das mesmas.

Eiterer, Dias e Coura (2013), o trabalho feminino é visto, em grande parte, apenas como o trabalho doméstico, sendo resultado de uma sociedade movida pelo regime patriarcal.

Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010), as meninas desde cedo eram ensinadas a cuidar dos filhos, maridos, cozinhar, costurar e todas as atividades referentes ao trabalho doméstico.

Se tornando assim, pessoas dependentes de seus maridos e sem vontade própria. A visão que o senso comum tem sobre o espaço da mulher deve ser revisto e desconstruído, pois como já foi dito, a mulher domina tanto os deveres da sua residência quanto os deveres de trabalhos externos, isto é, as mulheres são destinadas a qualquer tipo de trabalho, já que não existe divisão entre trabalho masculino e trabalho feminino.

Entretanto, para que esse pensamento venha residir na sociedade, é necessário que dentro da própria escola seja discutido as questões de gênero, principalmente acerca do gênero feminino, pois se essa discussão ultrapassa os muros das escolas se torna ainda mais importante.

Camargo (2012, p. 159), complementa a ideia, afirmando que:

Como a temática atravessa a escola, cabe a ela a responsabilidade de trazer à discussão não somente do ponto de vista científico, mas, principalmente para permitir a livre expressão e o respeito, defendendo que há relacionamentos entre pessoas plurais a partir de discussões de forma não sexista e preconceituosa.

A discussão direcionada ao referente gênero é ainda mais importante, pois as mulheres se fazem presente, muitas vezes, em grande maioria na EJA, que é uma modalidade portadora de grandes diversidades e preconceitos, tanto das pessoas que fazem parte da modalidade quando aqueles que não fazem, resultando nesses pensamentos errôneos e inadmissíveis nos tempos atuais.

Dessa forma, é de imensa importância que a questão do gênero seja discutida em sala de aula, tanto na Educação de Jovens e Adultos - EJA, quanto no ensino regular, pois esse é o único caminho para mudar a visão que a maioria das pessoas possui acerca do gênero feminino.

E de certo, a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, na modalidade EAD, é uma grande esperança para que as mulheres que não puderam estudar na idade regular adquiram sua autonomia, confiança e possa reconstruir a vida provando que a educação assim como as mulheres pode transformar a realidade vivenciada no país.

CONCLUSÃO

De acordo com tudo o que foi abordado neste estudo, é relevante lembrar que o número de mulheres que estudam é superior ao número de homens na mesma situação.

E este fato, denota que as mulheres, buscam a educação, como forma, de melhoria das condições de vida, progressão salarial, empregabilidade e cidadania.

E a modalidade de EJA a distância, surge como uma grande esperança para que as mulheres que não puderam estudar na idade regular adquiram sua autonomia, confiança e possa reconstruir a vida provando que a educação, assim, como as mulheres, pode transformar a realidade vivenciada no país.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Rita. Os impactos da Educação de Jovens e Adultos na vida de mulheres no Município de Barra de Santana - PB. In: 17º ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA E NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO. Anais... João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. Novembro, 2012. 18 p.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A.; SORJ, Bila. (Org.). **Novos Olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero. Fundação Carlos Chagas, 1994.
- CAMARGO, Janira S. A mulher nos documentos da Educação de Jovens e Adultos e Adultas. **Revista Ártemis**, João Pessoa, Edição v. 14, p. 155-163, ago./dez. 2012.
- EITERER, Carmem Lucia; DIAS, Jacqueline D'arc; COURA, Marina. Aspectos da escolarização de mulheres na EJA. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 161-180, jan./abr. 2014.
- MAIA, Raquel Gonçalves. **Marie Skłodowska Curie: imagem de outra face**. São Paulo: Editora Livraria da Física. 2012.
- NOGUEIRA, Vera Lúcia. Educação de Jovens e Adultos e Gênero: um diálogo imprescindível de política educacional destinada às mulheres das camadas populares. In: SOARES, Leôncio José (Org.). **Aprendendo com a diferença. Estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos**. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- ORO, Amina Ciandra; WESCHENFELDER, Rosa Cristiana S.; STECANELA, Nilda. **Mulheres e EJA: o que elas buscam?**. Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: Acesso em: 15 Ago. 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA PNAD Contínua Mercado de Trabalho Brasileiro 2º trimestre de 2018 16 de agosto de 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/81c9b2749a7b8e5b67f9a7361f839a3d.pdf. Acessado em: 22.03.2018.

RIEGER, Marlise; ALEXANDRE, Ivone de Jesus. Educação de Jovens e Adultos: o retorno das mulheres à escola. **Revista Eventos Pedagógicos**, v.2, n.2, p. 161- 170, ago./dez. 2011.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira. Discurso e “Verdade”: a produção das relações entre mulheres, homens e matemática. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 595- 613, mai./ago. 2009.

RELATÓRIO ANUAL 2017 ANNUAL REPORT. Disponível em: https://www.insper.edu.br/en/wp-content/uploads/2018/05/RA2017_DIGITAL-ING_150518.pdf. Acessado em: 22.02.2017.

*Enviado em: 24/03/2020.

*Aceito em: 30/06/2020.

